

INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO

1. O caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, numeradas de 1 (um) a 40 (quarenta). Confira-o, se ele não estiver completo, chame o fiscal.
2. Verifique, também, seus dados no cartão de respostas e assine no espaço indicado do cartão de respostas.
3. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão de respostas oficial, anote, primeiramente, no caderno de provas, as alternativas corretas para, somente, então, proceder ao preenchimento definitivo. Observe atentamente as instruções de preenchimento.
4. Somente serão consideradas, para avaliação, as questões respondidas no cartão de respostas que deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta.
5. Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos, nem a utilização de calculadoras, dicionários, telefone celular e de outros recursos didáticos e/ou eletrônicos, bem como portar armas de qualquer tipo.

IMPORTANTE

- A. O CARTÃO DE RESPOSTAS NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
- B. O cartão de respostas não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
- C. Você deve marcar uma e apenas uma letra em cada questão objetiva, de todas as questões, de 1 (um) a 40 (quarenta), no cartão de respostas, devendo as demais letras ficar sem marcação.
- D. Não é permitido usar qualquer outro material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho.
- E. Você dispõe de até 4 (quatro) horas para concluir a prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas.
- F. Você somente poderá se retirar da sala de prova objetiva 2 (duas) horas após o início da mesma.
- G. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal este caderno de prova e o cartão de respostas devidamente assinado, sob pena de caracterização de sua desistência no Concurso.
- H. Não se esqueça de assinar a lista de presença.
- I. Os três últimos candidatos deverão entregar a respectiva prova e cartão de respostas e retirar-se da sala simultaneamente.
- J. O gabarito das provas objetivas desse concurso será divulgado a partir das 18 horas de hoje.
- K. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense deseja-lhe BOA PROVA.

PROVA DE PORTUGUÊS

Textos para as questões de 1 a 3.

Texto 1



(Disponível em <http://www.redevital.blogspot.com> - acessado em 10.11.2008)

Texto 2

É muito significativo que a problemática ambiental, ou propriamente ecológica, tenha sido reaberta em termos bastante enfáticos na época da globalização. Em poucos anos, formaram-se movimentos sociais empenhados em denunciar as agressões ao meio ambiente, reivindicar medidas de proteção, exigir a reposição de condições originais. A terra, a fauna, a flora, a água, o ar, os recursos do subsolo, tudo passou a preocupar a opinião pública, mobilizar movimentos sociais, suscitar a criação de cursos universitários e programas de pesquisa, estimular a edição de livros e revistas, tudo isso destinado a proteger, obstar e repor os ambientes, os nichos ecológicos. (IANNI, Octavio. A era da globalização. 4^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999. p. 22)

1. Através da leitura dos dois textos é possível concluir que:

- A) A degradação dos mananciais preocupa a opinião pública.
- B) O aumento de terras agricultáveis proporcionou a doença do planeta.
- C) O texto de Mafalda revela a doença do planeta; o de Ianni propõe alternativas para cuidar, proteger o mesmo.
- D) A leitura de livros e revistas possibilita a cura do planeta.
- E) Não há mais nenhuma solução para o planeta doente.

2. Identifique o número de letras e fonemas da palavra **terra**:

- A) 5 letras e 5 fonemas.
- B) 5 letras e 2 fonemas.
- C) 5 letras e 3 fonemas.
- D) 5 letras e 4 fonemas.
- E) 5 letras e 1 fonema.

3. Num ato de comunicação, oral ou escrita, cada palavra tem uma finalidade. Segundo essa finalidade, as palavras são distribuídas em classes. Identifique a classe de palavra do vocábulo destacado na frase: “É **muito** significativo que a problemática ambiental [...]”:

- A) Adjetivo.
- B) Advérbio.
- C) Substantivo.
- D) Conjunção.
- E) Pronome.

4.

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
(Carlos Drummond de Andrade)

A função de **uma pedra** é:

- A) Predicativo.
- B) Sujeito.
- C) Objeto direto.
- D) Aposto.
- E) Objeto indireto.

5. Atualmente circulam na internet cartões virtuais referentes a diferentes temas e datas comemorativas. Os desvios da norma culta são constantes nesse gênero. Leia a frase retirada de um cartão virtual e aponte a alternativa que **CORRIGE** esse desvio:

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ENQUANTO HOUVER AMIGOS COMO VOCÊ, EXISTIRÁ PESSOAS DE SORTE COMO EU, POR TER SUA LINDA AMIZADE. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|

-
- A) Enquanto houver amigos como você, existirão pessoas de sorte como eu, por ter sua linda amizade.
B) Enquanto houverem amigos como você, existirão pessoas de sorte como eu, por ter sua linda amizade.
C) Enquanto houverem amigos como você, existirá pessoas de sorte como eu, por ter sua linda amizade.
D) Enquanto houver amigos como você, existirá pessoas de sorte como eu, por ter sua linda amizade.
E) Enquanto houverem amigos como você, existiram pessoas de sorte como eu, por ter sua linda amizade.

6. Em uma das alternativas todas as palavras estão grafadas **CORRETAMENTE**, assinale-a:

- A) privilégio – exceção – impecilho – ajeitar.
B) atrás – assessor – laje – escassez.
C) cansaço – monje – ascensorista – flecha.
D) jeito – excessivo – cangica – taxar.
E) isenção – conciente – gorjeta – exausto.

7. De acordo com a gramática da língua padrão as alternativas seguintes estão corretas, **EXCETO**:

- A) João preferia ficar em casa a passear.
B) O treinador simpatiza com seus comandados.
C) Ele ainda não conseguiu perdoar o professor.
D) No sábado assistirei a um bom show de dança.
E) O time aspirava a mais uma vitória.

8. Considerando as classes de palavras, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) **calor** é um substantivo simples.
B) **à direita** é um advérbio de modo.
C) **o** é um pronome pessoal reto.
D) **caminhavam** é um verbo de ligação.
E) **na** é uma conjunção aditiva.

9. Considere as frases abaixo:

1. Em casa, **ela** nunca estava sozinha.
2. Apesar de tudo, acredito **em suas palavras**.
3. **Compramos** os presentes das crianças hoje.
4. As estudantes **pareciam entusiasmadas**.

Marque a alternativa **CORRETA**. Os termos destacados em cada frase são, respectivamente:

- A) substantivo, complemento nominal, verbo transitivo direto, adjetivo.
- B) vocativo, objeto indireto, verbo transitivo, complemento nominal.
- C) sujeito, objeto direto, verbo transitivo indireto, predicado nominal.
- D) sujeito, objeto indireto, verbo transitivo direto, predicado nominal.
- E) sujeito, objeto indireto, verbo intransitivo, predicado verbal.

10. Considerando o uso do acento grave, todas as alternativas apresentam acentuação correta, **EXCETO**:

- A) Foi à Bahia e passou seu melhor carnaval.
- B) Saiu de casa às duas horas da tarde e ainda não voltou.
- C) À medida que o tempo passava ficava mais bonita.
- D) Quando vai ao zoológico, observa os animais à distância.
- E) Estava ocupado e não foi à casa da mãe no próprio aniversário.

11. Assinale a opção em que o enunciado é constituído de período simples:

- A) Prometeram bastante, mas pouco fizeram.
- B) Eu sabia que, se parasse, cairia no chão.
- C) Ela redige e digita seus próprios textos.
- D) Não demore ou perderá o ônibus.
- E) Ela levantou as mãos aflita.

12. Assinale a opção em que a palavra em destaque do enunciado expressa valor conotativo:

- A) Os **cegos** leem em braile.
- B) O foguete entrou na **atmosfera** terrestre rapidamente.
- C) O operário feriu-se no **braço**.
- D) Ganhei um par de brincos **dourados**.
- E) A **atmosfera** da sala de aula não me fazia bem.

PROVA DE LEGISLAÇÃO

13. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. O período de duração do plano nacional de educação estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é:

- A) Quinquenal.
- B) Anual.
- C) Decenal.
- D) Durante os anos do governo de um Presidente.
- E) Durante os anos do governo de um Presidente, acrescido de mais um ano.

14. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Para esta Lei os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo. Quanto aos adicionais de insalubridade e de periculosidade está previsto na Lei nº 8.112/1990 que:

- A) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
- B) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá somente um deles, cujo critério de concessão será estabelecido pela Administração do seu órgão de lotação.
- C) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá somente um deles, cujo critério de concessão será estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- D) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá somente um deles, cujo critério de concessão será estabelecido pelo Ministério da Saúde.
- E) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá somente um deles, cujo critério de concessão será estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

15. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O Instituto Federal Catarinense, por ser uma autarquia, está subordinado ao regime da Lei nº 8.666/1993, portanto, para fins desta Lei deve considerar:

I – Obra: toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

II – Serviço: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

III – Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

IV – Administração Pública: a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

V – Administração: órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente.

- A) Somente os itens I e II estão corretos.
- B) Somente os itens II e III estão corretos.
- C) Somente os itens III, IV e V estão corretos.
- D) Somente os itens I, IV e V estão corretos.
- E) Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.

16. A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. O Instituto Federal Catarinense, como órgão da administração federal indireta, insere-se no contexto estabelecido pela Lei nº 9.784. Quanto ao dever de decidir:

- A) A Administração emitirá decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações em qualquer matéria, seja de sua competência ou não.

-
- B)** A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- C)** A Administração poderá, a seu critério e quando entender pertinente, emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- D)** A Administração emitirá decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, somente quando o Ministério da Educação permitir por meio de documento oficial.
- E)** A Administração não deve emitir decisão nos processos administrativos, mas sim sobre solicitações ou reclamações dos usuários verbalmente ou por e-mail, em matéria de sua competência ou não.

17. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.
A afirmação acima é extraída do(a):

- A)** Parecer do CNE/CES nº. 776 de 3 de dezembro de 1997.
- B)** Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994.
- C)** Lei nº 8.112 de 29 de dezembro de 2008.
- D)** Constituição Federal, Título VIII – Capítulo III – Seção I.
- E)** Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.

18. Segundo a Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, constituem-se requisitos básicos para a investidura em cargo público:

- A)** Capacidade de iniciativa, aptidão física e mental e estudo.
- B)** Idade mínima dezoito anos, readaptação e assiduidade.
- C)** Nível de escolaridade exigido para o cargo, quitação com as obrigações militares, nomeação.
- D)** Assiduidade, pontualidade e disciplina.
- E)** Gozo dos direitos políticos, nacionalidade brasileira e idade mínima dezoito anos.

19. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Os servidores do Instituto Federal Catarinense são servidores públicos civis do Poder Executivo Federal. Portanto, de acordo com o Decreto nº 1.171 é um dos deveres fundamentais do servidor público do Instituto Federal Catarinense:

- A)** Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- B)** Retardar, quando necessário, qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

C) Ter respeito à hierarquia, ou seja, a sua chefia, devendo estar preparado para não representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

D) Ter consciência de que seu trabalho é regido por indícios de incertezas, que se materializam na prestação dos serviços públicos.

E) Tratar meticulosamente os usuários dos serviços, utilizando os meios de comunicação disponíveis dentro e fora da instituição.

20. A lei 8112/90 assegura ao servidor o direito de ausentar-se do serviço sem prejuízo em algumas situações específicas. Dentre as citadas abaixo, aquela que **não** está prevista na lei citada é:

A) Por 1(um) dia, para doação de sangue.

B) Por 1(um) dia, para se alistar no serviço militar

C) Por 2(dois) dias, para se alistar como eleitor.

D) Por 8(oito) dias consecutivos em razão de casamento.

E) Por 8(oito) dias consecutivos em razão de falecimento de cônjuge.

PROVA ESPECÍFICA

21. Sobre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo é **INCORRETO** afirmar que:

- A) São jovens de quinze a dezessete anos.
- B) São egressos de medida socioeducativa de internação ou estão em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio abertos.
- C) São pertencentes à família beneficiária do Benefício de Prestação Continuada - BPC.
- D) São egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
- E) São egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual.

22. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 13 de julho de 1990 influenciou radicalmente na visão de infância e adolescência no Brasil. As crianças e adolescentes passaram a serem vistos como sujeitos de direitos, considerados em sua condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve absoluta prioridade nas políticas públicas e na destinação de recursos das diversas instâncias político-administrativas no país. O ECA prevê o direito a profissionalização e à proteção no trabalho. Sobre isso é **CORRETO** afirmar que:

- A) Considera-se trabalho educativo, a atividade laboral em que o trabalho produtivo prevalece sobre as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando.
- B) É proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
- C) É vedado aos adolescentes receber remuneração pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho.
- D) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial sem prejuízo do disposto pelo ECA.
- E) Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho especializado.

23. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pode ser organizado nos municípios sob a coordenação dos Estados ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios. No caso da proteção social especial há dois níveis de complexidade: média e alta. Assinale o item que detém **APENAS** níveis de alta complexidade.

- A) Aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário.

B) Aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

C) Comportam encaminhamentos monitorados e sistemáticos, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

D) Serviços socioassistenciais que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada.

E) Comportam encaminhamentos monitorados e sistemáticos, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada organizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais.

24. Com relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é possível afirmar que, **EXCETO**:

A) É uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social.

B) É o principal serviço de Proteção Social Básica.

C) As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

D) O PAIF deve ser ofertado necessariamente e obrigatoriamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

E) É responsável pela organização de serviços da Proteção Social Especial do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

25. Sobre o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC/LOAS é **CORRETO** afirmar que:

A) A identificação dos beneficiários será com base nos dados BPC/LOAS e Avaliação escolar.

B) A análise e estatísticas do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiências fica a cargo da CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

C) No acompanhamento sócio-assistencial dos beneficiários do BPC/LOAS e de sua família serão avaliadas as suas condições de acesso no sistema de saúde.

D) Foi criado por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 16.

E) É prioridade para pessoas com deficiência na faixa etária de seis a quatorze anos.

26 □ De acordo com o ECA, a formação técnico-profissional:

I. Terá como princípio atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.

II. Deverá ser ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação da educação em

vigor.

III. Deverá ter horário especial para o exercício das atividades.

IV. Obedecerá ao princípio do acesso e frequência opcional no ensino regular.

Estão **CORRETOS** os itens:

- A) Somente I e II.
- B) Somente I, II e IV.
- C) Somente I, II e III.
- D) Somente II e III.
- E) Somente I e IV.

27. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006) foi um grande marco em políticas públicas voltadas à mulher, ao criar mecanismos que coíbem a violência doméstica e familiar contra a mulher. Todas as afirmativas abaixo são previstas na Lei Maria da Penha, **EXCETO**:

- A) A mulher deverá estar acompanhada de advogado(a) ou defensor(a) em todos os atos processuais.
- B) É vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.
- C) As penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas) são permitidas para ressarcimento do dano.
- D) A mulher somente poderá renunciar a denúncia perante o juiz.
- E) Estabelece as formas de violência contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

28 Baseados no Código de Ética Profissional, assinale a alternativa que é **PERMITIDO** ao Assistente Social:

- A) Substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
- B) Pode assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalho de terceiros, quando executado sob sua orientação.
- C) Pode pleitear para si ou para outros empregos, cargos ou função que estejam exercidos por colegas.
- D) Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisa a eles referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.
- E) Adulterar resultados ou fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tenha conhecimentos.

29. Todas as alternativas abaixo correspondem aos princípios da Lei Orgânica de Saúde, **EXCETO**:

- A) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- B) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- C) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- D) Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.
- E) Integração em nível legislativo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

30. Leia as afirmativas abaixo sobre o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS:

- () Órgão superior consultivo, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- () Uma das competências do Conselho Nacional de Assistência Social é aprovar a Política Nacional de Assistência Social.
- () É composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- () É presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.
- () O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS contará com uma Secretaria Executiva a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Legislativo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) F,V,F,V,F.
- B) F,F,F,V,V.
- C) V,F,V,F,F.
- D) V,V,V,F,V.
- E) V,V,F,V,F.

31. Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS serão estruturados de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado. Sobre os critérios para estruturação dos CRAS, está **INCORRETO** afirmar:

- A) Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas.
- B) Metrôpoles – mínimo de 6 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.
- C) Pequeno Porte I- mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas.
- D) Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.
- E) Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

32. A prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições – e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários são os objetivos da Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assinale o que **CONFIGURA** a Proteção Social Básica nos municípios e no Distrito Federal.

- A) A organização de Assistência Social.
- B) A existência de Conselhos Tutelares.
- C) A existência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- D) A existência da Lei Orgânica da Assistência Social.
- E) A existência do Programa Bolsa Família

33. Sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) é **INCORRETO** afirmar que caberá ao juiz:

- A) Conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.
- B) Assegurar o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
- C) Assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário, o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- D) Determinar, por prazo indeterminado, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- E) Revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

- A) Toda a equipe de referência do CRAS será composta por servidores públicos efetivos.
- B) É a unidade federal efetiva de referência do usuário na rede assistencial do SUAS.
- C) É atribuição exclusiva do poder público, o trabalho social com famílias.
- D) A formação das equipes do CRAS deve ser feita de acordo com o porte do município.
- E) Articula e fortalece a rede de Proteção Social Básica local.

35. A Lei nº 11.698, de junho de 2008 institui a guarda unilateral ou compartilhada dos filhos. Sobre isso é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais condições psicológicas para propiciar aos filhos os seguintes fatores: afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar e educação.
- B) A guarda compartilhada será decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe.
- C) A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que a não detenha a supervisionar os interesses dos filhos.
- D) Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar.
- E) A guarda pode ser requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar.

36. Em dezembro de 2009 foi criado o 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), que contempla um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas que protejam e promovam os direitos humanos. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto as propostas do PNDH-3:

- A) Apóia a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- B) Descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seu corpo.
- C) Sugere a mediação como ato intermediário para demandas de conflitos agrários e urbanos.
- D) Sugere a proibição da ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União.
- E) Propõe a garantia do nome social de travestis e transexuais.

37. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8742, de 07.12.1993) dispõe sobre a Organização da Assistência Social. Referente ao LOAS, assinale a alternativa que **COMPETE** à União:

- A) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- B) Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- C) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios na prestação de serviços de assistência social.
- D) Prestar os serviços assistenciais.
- E) Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.

38. A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde. Baseados nessa Lei, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a política de Recursos Humanos (RH) do SUS:

- A) Os servidores em regime de tempo integral que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do SUS.
- B) A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, de maneira autônoma, pelas diferentes esferas de governo.
- C) Os serviços públicos que integram o SUS constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.
- D) Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de tempo integral.
- E) Um dos objetivos da política de RH da área de saúde é a valorização da dedicação exclusiva aos serviços do SUS.

39. A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde. Assinale a alternativa que **CORRESPONDE** a execução de atenção à saúde indígena:

- A) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.
- B) O modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena deve se pautar por uma abordagem diferenciada e local, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras.
- C) As populações indígenas devem ter acesso prioritário ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.
- D) Caberá à União, com seus recursos próprios, e organizações internacionais voltadas aos Direitos Humanos financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- E) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser centralizado, hierarquizado e regionalizado.

40. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos direitos dos Assistentes Sociais em relação com as instituições empregadoras:

A) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

B) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

C) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.

D) Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

E) Empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

RASCUNHO

RASCUNHO

- 01 (A) (B) (C) (D) (E)
02 (A) (B) (C) (D) (E)
03 (A) (B) (C) (D) (E)
04 (A) (B) (C) (D) (E)
05 (A) (B) (C) (D) (E)
06 (A) (B) (C) (D) (E)
07 (A) (B) (C) (D) (E)
08 (A) (B) (C) (D) (E)
09 (A) (B) (C) (D) (E)
10 (A) (B) (C) (D) (E)
11 (A) (B) (C) (D) (E)
12 (A) (B) (C) (D) (E)
13 (A) (B) (C) (D) (E)
14 (A) (B) (C) (D) (E)
15 (A) (B) (C) (D) (E)
16 (A) (B) (C) (D) (E)
17 (A) (B) (C) (D) (E)
18 (A) (B) (C) (D) (E)
19 (A) (B) (C) (D) (E)
20 (A) (B) (C) (D) (E)
21 (A) (B) (C) (D) (E)
22 (A) (B) (C) (D) (E)
23 (A) (B) (C) (D) (E)
24 (A) (B) (C) (D) (E)
25 (A) (B) (C) (D) (E)
26 (A) (B) (C) (D) (E)
27 (A) (B) (C) (D) (E)
28 (A) (B) (C) (D) (E)
29 (A) (B) (C) (D) (E)
30 (A) (B) (C) (D) (E)
31 (A) (B) (C) (D) (E)
32 (A) (B) (C) (D) (E)
33 (A) (B) (C) (D) (E)
34 (A) (B) (C) (D) (E)
35 (A) (B) (C) (D) (E)
36 (A) (B) (C) (D) (E)
37 (A) (B) (C) (D) (E)
38 (A) (B) (C) (D) (E)
39 (A) (B) (C) (D) (E)
40 (A) (B) (C) (D) (E)